

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O que é a Base Nacional Comum Curricular?

A Base Nacional Comum Curricular pretende definir os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros têm direito de aprender, ano a ano, durante a sua trajetória na educação básica.

**“Adotar uma base curricular comum é fundamental
para reduzir as desigualdades de uma nação”
(Movimento pela Base Nacional Comum)**



Possíveis Vantagens...

- critérios de qualidade ganham transparência;
- escolas podem trocar boas práticas;
- garantia do direito de aprender um conjunto essencial de conhecimentos;
- ajudará a definir, no país, o que quer que seus jovens aprendam;

Possíveis desafios...



Como anda o processo...

Início da redação do documento: 2015

Em setembro de 2015 o documento foi aberto para contribuições, sugestões, comentários...uma consulta pública (fechada em março 2016)

Maio de 2016: apresentada a segunda versão pelo MEC

Seminários: reuniram 9 mil participantes

Setembro de 2016: entregue ao MEC um relatório com as sugestões

Terceira versão será entregue ao Conselho Nacional de Educação em meados de março de 2017

Depois do parecer do CNE, o texto será homologado pelo MEC e é iniciada a fase de implementação

A Base deve chegar nas salas de aula em até dois anos após a homologação

Currículos pelo mundo

Estados Unidos

— — —

- **Início** 2008.
- **Quem fez** Um grupo privado de educadores, gestores e especialistas ligados à Educação.
- **Especificidades** Foca no que ensinar e define padrões para as competências que os alunos devem ter em Língua e Matemática. Se baseia nos elementos comuns entre as unidades da federação.

Austrália

- **Início** 2008.
- **Quem fez** Uma instituição autônoma, com a ajuda dos melhores especialistas em cada disciplina.
- **Especificidades** É baseado em boas práticas nacionais e internacionais e corresponde a 80% dos conteúdos (o restante cabe às escolas).

Argentina

- **Início** 2004.
- **Quem fez** Políticos, professores e técnicos.
- **Especificidades** Define os conteúdos que devem fundamentar os currículos de todas as escolas. Os chamados Núcleos de Aprendizagens Prioritárias (NAP) pautam a formação docente e a criação de material didático.

A existência de uma base curricular nacional é suficiente para a melhoria da Educação?

- a iniciativa pode ser a espinha dorsal para a criação de outras políticas públicas ligadas à formação e à carreira docentes, às condições de trabalho e de aprendizagem e à infraestrutura.
- Uma vez definido o que as crianças precisam saber, fica mais fácil estabelecer o necessário para isso acontecer.

**Se o país já tem os
Parâmetros Curriculares
Nacionais (PCN) e as
Diretrizes Nacionais
Curriculares, para que criar
um currículo?**

1. Os documentos trazem orientações para a escola, mas não têm a mesma função de um currículo nacional.
2. Sobre os PCN, são apenas sugestões, não explicitam o que o professor tem de ensinar nem o que os alunos têm de aprender.
3. Já as diretrizes foram pensadas para um contexto em que o docente tivesse uma formação que o capacitasse para adaptá-las à sua ~~rea-~~ realidade, o que não ocorreu.

O documento influenciará a formação docente?

- A existência de uma base curricular comum serve para que as graduações em Pedagogia, as licenciaturas e a formação continuada usem os direitos de aprendizagem dos alunos como escopo dos seus programas.

28%



das disciplinas oferecidas nas licenciaturas se referem aos conteúdos e atividades da sala de aula.

(Pesquisa da Fundação Victor Civita (FVC) em parceria com a Fundação Carlos Chagas (FCC), de 2008)

A base nacional é fixa ou pode mudar?

- É importante que seja revista periodicamente, até mesmo para que se mantenha contemporânea
- O ideal é que seja formado um grupo permanente que avalie a implementação da base e analise, de tempos em tempos, o que deu certo, o que precisa mudar e ser acrescentado.

O documento tratará da inclusão de alunos com deficiência?

- O tema não está em discussão no MEC e, a princípio, a base não incluirá como adaptar os conteúdos a cada uma das deficiências – o que deve ser alvo de outra ação.

A proposta vai substituir o currículo das redes que já elaboraram o seu?

- A intenção é que traga indicativos do que as crianças e os adolescentes devem aprender nas diversas disciplinas ao fim de cada ano e segmento.
- A base deve ser o pilar das propostas curriculares das redes, que continuarão existindo e contemplando as peculiaridades da região e o que a comunidade da cidade.

O documento substituirá o PPP da escola?

- Após os direitos de aprendizagem e os conteúdos serem descritos, cada Secretaria de Educação incluirá nele os temas regionais.
- Por fim, essa referência chega às escolas e serve de diretriz para o PPP, que será construído respeitando as necessidades e o contexto locais.

Como ficarão escolas em situação pouco convencional, como as rurais, as bilíngues e as quilombolas?

- A medida deverá valer para todas as instituições.
- Nesses casos, as escolas não deixarão de lado os direitos de aprendizagem descritos na base e vão acrescentar a seu PPP o que é característico da comunidade.

O uso dos livros didáticos mudará?

- O trabalho com eles em sala de aula não muda. O que deve sofrer alterações é a produção dos livros.
- De modo geral, hoje, eles seguem os PCN e são analisados pelo MEC. A previsão é que passem a ser escritos e avaliados usando a base nacional como referência.



**A existência de uma
base nacional comum
prejudica a
autonomia do
educador?**

- Como política pública, ela visa a igualdade entre todos os estudantes ao definir os mesmos conteúdos e direitos de aprendizagem.
- Não deve intervir na metodologia de ensino nem em projetos, atividades e sequências didáticas desenvolvidos em sala. Isso continuará a cargo dos educadores.

O que muda na vida dos estudantes?

- Os defensores afirmam que é uma medida de igualdade que repercute diretamente na vida de crianças e adolescentes.
- "Com a base, será dada coerência ao sistema educacional, pois todos terão uma meta de aprendizagem igual a alcançar em todo o país," analisa Eduardo Deschamps, secretário de SC.

Na discussão da BCCN....se discute....

conjunto da escola brasileira, suas finalidades, suas formas de organização, suas relações com as culturas locais e com os projetos nacionais, as formas de avaliação da aprendizagem e de formação e controle dos professores, dentre outros assuntos.

Ou seja, mais uma vez, e legitimamente, há uma disputa pública pelos **sentidos** da escola.

Essa disputa, quanto mais pública, quanto menos circunscrita ao corpo de especialistas ou de gestores da educação, tanto melhor será para a educação brasileira.

Proposta de Atividade:

Desenvolver uma pesquisa sobre o entendimento do professor sobre política pública educacional

Objetivo: Analisar os significados atribuídos pelos professores sobre 'políticas públicas educacionais'.

Metodologia:

- Elaborar um questionário com questões que levam a entender os significados atribuídos pelos professores da rede pública sobre políticas públicas educacionais.
- Aplicar os questionários com os professores da rede pública.
- Analisar os dados obtidos.
- Elaborar um “mini” artigo com a análise dos dados coletados embasados teoricamente.